

A. I. Nº - 269198.0016/07-2
AUTUADO - RENOVAR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
AUTUANTE - FRANCISCO DE ASSIS RIZÉRIO
ORIGEM - INFAZ IRECÊ
INTERNET - 21.02.08

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JF Nº 0018-04/08

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. CUPONS FISCAIS. DIFERENÇA NO CONFRONTO ENTRE OS VALORES INFORMADOS PELA OPERADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO E OS VALORES LANÇADOS NO TEF. A declaração de vendas feitas pelo sujeito passivo, por meio de cartões de crédito e/ou débito, em valores inferiores àqueles informados pelas instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autoriza a presunção legal de omissão de saídas anteriores de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto. Na informação fiscal foi feito o levantamento fiscal, tendo sido deduzido os valores de todos os documentos juntados com a defesa que comprova em parte a ilegitimidade da presunção, o que culminou na redução do débito original. Infração elidida em parte. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 16/08/2007 para exigir o ICMS, no valor de R\$31.402,69 acrescido da multa de 70%, em decorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis apuradas por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao valor fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito. Consta, na descrição dos fatos, que nas reduções Z apresentadas pelo contribuinte não registra as operações realizadas através de cartão de crédito/débito.

O autuado na defesa apresentada (fls. 72 e 73), inicialmente afirma que a empresa comercializa mercadorias de diminuto valor comercial e em média 80% das operações são realizadas a prazo, sendo emitido 100% dos documentos fiscais como se fosse à vista, cumprindo fielmente os dispositivos do RICMS/BA.

Alega que o autuante não usou de nenhum meio de apuração e, fatos fundamentos, intervenções ou razões que pudesse buscar e justificar a sua ação arbitrária, apenas suposições.

Diz que o valor apurado pelo autuante junto às operadoras de cartão de crédito, no período compreendido pela auditoria totaliza um valor de R\$276.094,87 que é inferior ao das vendas realizadas no mesmo período, que é de R\$753.216,52, com todas as operações de vendas globalizadas.

Cita o art. 238, § 7º do RICMS/BA, o qual determina que “deverá ser indicado no Cupom Fiscal o meio de pagamento adotado na operação ou prestação” e diz que dispunha para vendas de 10 unidades, com as mesmas marcas e referências e deram saídas a título de vendas, destas mesmas 10 unidades, que foi registrada em sua impressora fiscal, como vendas à vista, no entanto a sua operação foi com cartão de crédito. Questiona, de que forma a auditoria poderia classificar esta operação de vendas como omissão, já que emitiu o cupom fiscal relativo a todas as operações de vendas, não podendo ser exigido o ICMS duas vezes.

Acosta às fls. 74 a 106 cópias das operações, casadas em valores entre o cupom fiscal e o cartão de crédito e diz que tais documentos demonstram que independente de indicar se as operações foram à vista ou a prazo, os documentos fiscais foram comprovadamente emitidos e a hipótese de omissão de receita, inexistente. Finaliza requerendo a improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal (fls. 106 e 107), inicialmente discorre sobre as alegações defensivas e diz que o autuado tenta elidir a validade da ação fiscal, mas apresenta apenas elementos parciais de suas alegações.

Afirma que em relação às cópias de cupons fiscais casados com os respectivos documentos de operações através de cartão de crédito ou débito, pela coincidência de datas e valores, devam ser deduzidos do montante do débito na autuação, conforme novo demonstrativo juntado à fl. 108 e de débito à fl. 110, o que resulta em valor devido de R\$31.232,66.

A Inspetoria Fazendária intimou o autuado para tomar conhecimento da informação fiscal, conforme documentos acostados às fls. 111/112, tendo sido entregue cópia de todos os documentos juntados com a informação fiscal e foi concedido prazo de dez dias para se manifestar, caso quisesse o que não ocorreu no prazo legal.

VOTO

O Auto de Infração acusa falta de pagamento do ICMS em decorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis apuradas por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao fornecido por instituição financeira.

Na defesa apresentada o autuado alegou que realiza a maior parte das vendas a prazo, mas registrou no seu ECF como se fosse à vista e emitiu os documentos fiscais correspondentes.

Da análise dos elementos constantes do processo verifico que:

- 1) A planilha à fl. 12 indica ausência de vendas por meio de cartão de crédito registradas na redução Z do ECF;
- 2) Foi juntado às fls. 13 a 68 o Relatório Diário Operações TEF, cuja cópia foi entregue ao recorrente, conforme documento à fl. 70;
- 3) A planilha refeita pelo autuante à fl. 108, com base na planilha à fl. 12, contempla os valores dos cupons fiscais e boletos apresentados pelo impugnante junto com a defesa.

Constato que a autuação baseou-se em dados apurados no confronto entre os valores das vendas efetuadas por meio de cartão de crédito/débito e os valores fornecidos pelas empresas administradoras de cartão de crédito/débito, logo, quando constatado diferenças entre esses valores a Lei autoriza a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, conforme disposto no art. 4º, § 4º, VI da Lei nº 7.014/96, “o fato de a escrituração indicar ..., bem como a existência de entrada de mercadorias não contabilizadas ou de declaração de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção”.

Na situação presente, restou comprovado que o contribuinte não indicou no Cupom Fiscal o meio do pagamento adotado na operação ou prestação, descumprindo o que determina o art. 238, § 7º do RICMS/BA. Logo, em se tratando de presunção relativa, é facultado ao contribuinte comprovar a improcedência da presunção legal e na situação presente, tendo o impugnante recebido cópia do relatório TEF diário por operações de vendas informadas pelas empresas administradoras de cartão de crédito, caberia a ele demonstrar que para cada operação de venda individualizada, tinha sido emitido o documento fiscal correspondente e juntar ao processo as provas de que tributou as operações de vendas realizadas com recebimento por meio de cartão de crédito, que tivesse sido indicada como venda à vista nos documentos fiscais emitidos.

Como o autuante acatou todas as provas que foram apresentadas junto com a defesa, que comprova ter sido emitido cupons fiscais de parte das operações de vendas constantes do relatório TEF que não foram registradas na redução Z como meio de recebimento por meio de cartão de crédito, e ao ser cientificado da informação fiscal, não se manifestou no prazo legal, considero que a recusa do impugnante de comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha, tendo em vista que é detentor da documentação probante, importa em presunção de veracidade da afirmação da parte contrária, o que implica tacitamente no reconhecimento do débito apontado pela fiscalização, nos termos do art. 142 do RPAF/BA. Por isso acato o demonstrativo juntado pelo autuante à fl. 110 e considero devido o valor de R\$31.232,66 neste lançamento. Infração subsistente em parte.

Face do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269198.0016/07-2**, lavrado contra **RENOVART COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$31.232.66**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de fevereiro de 2008.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA

FRANCISCO ATÁNASIO DE SANTANA – JULGADOR